



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

<b>Processo nº</b>	10580.720093/2006-66
<b>Recurso nº</b>	Especial do Contribuinte
<b>Acórdão nº</b>	<b>9303-008.145 – 3ª Turma</b>
<b>Sessão de</b>	21 de fevereiro de 2019
<b>Matéria</b>	COMPENSAÇÃO
<b>Recorrente</b>	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 01/09/2002 a 31/12/2002

PROCESSOS CONEXO JÁ JULGADO. SOBRESTAMENTO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONHECIMENTO.

O pedido de sobrestamento não deve ser conhecido, pois o processo conexo já foi definitivamente julgado pelo CARF.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do Recurso Especial.

(assinado digitalmente)

Rodrigo da Costa Pôssas - Presidente em exercício

(assinado digitalmente)

Andrade Márcio Canuto Natal - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Andrade Márcio Canuto Natal, Tatiana Midori Migiyama, Luiz Eduardo de Oliveira Santos, Demes Brito, Jorge Olmiro Lock Freire, Érika Costa Camargos Autran, Vanessa Marini Cecconello e Rodrigo da Costa Pôssas.

## Relatório

Trata-se de recurso especial de divergência apresentado pelo contribuinte em face do acórdão nº 3802-004289, de 19/03/2015, que possui a seguinte ementa:

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP*

*PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/09/2002 A 31/12/2002*

*Declaração de Compensação. Ausência de comprovação do direito creditório. Não homologação.*

*Somente os créditos líquidos e certos comprovados inequivocamente pelo contribuinte são passíveis de compensação tributária, conforme dispõe o art. 170 do Código Tributário Nacional. Assim sendo, não se homologa a compensação pretendida nesta fase do contencioso. Recurso a que se nega provimento.*

O contribuinte, na origem, teve sua declaração de compensação não homologada, pois havia alegado pagamento a maior do PIS relativo ao fato gerador 09/2002, porém não se considerou a existência de qualquer crédito a seu favor ante a lavratura de auto de infração no qual se apurou que o valor devido da contribuição para referido fato gerador era superior ao valor recolhido. O auto de infração foi controlado pelo processo administrativo nº 10580.002752/2005-06.

Em seu recurso voluntário o contribuinte além de pedir o reconhecimento do seu crédito, solicitava o sobrestamento do presente processo até o julgamento definitivo do processo administrativo nº 10580.002752/2005-06. Negou-se o sobrestamento em face de falta de previsão legal.

O objeto do recurso especial do contribuinte, admitido por despacho aprovado pelo então presidente da 3<sup>a</sup> Seção do CARF, suscita justamente a possibilidade do sobrestamento do presente processo.

Em contrarrazões a Fazenda Nacional pede o não conhecimento do recurso especial e, caso conhecido, o seu improvimento.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Andrada Márcio Canuto Natal, relator.

O contribuinte pede no seu recurso especial o sobrerestamento do presente processo até que seja julgado definitivamente o processo conexo de nº 10580.002752/2005-06, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais. Ocorre que já houve esse julgamento, por meio do acórdão nº 9303-006314, de 20/02/2018, da lavra da ilustre conselheira Vanessa Marini Ceconello. Este colegiado, por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso especial do contribuinte nos seguintes termos constantes de sua ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

*Período de apuração: 01/03/2000 a 30/06/2000, 01/08/2000 a 31/01/2001, 01/03/2001 a 30/06/2001, 01/10/2001 a 31/12/2001, 01/02/2002 a 28/02/2002, 01/03/2002 a 31/03/2002, 01/05/2002 a 31/05/2002, 01/09/2002 a 30/09/2002, 01/10/2002 a 31/10/2002*

**BASE DE CÁLCULO DO PIS/PASEP. CONCEITO DE FATURAMENTO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 3º, §1º DA LEI N° 9.718/98 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

*A inconstitucionalidade do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, que alargou o conceito de faturamento para a base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS, foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos RE nº 585.235, na sistemática da repercussão geral, tendo como leading cases os Res nºs 357.9509/RS, 390.8405/MG, 358.2739/RS e 346.0846/PR.*

*Portanto, ficou estabelecido o conceito de faturamento como decorrente da venda de mercadorias ou da prestação de serviços, ou da combinação de ambos, não sendo abrangidas quaisquer outras receitas da pessoa jurídica.*

**TRIBUNAIS SUPERIORES. REPERCUSSÃO GERAL. NECESSIDADE DE REPRODUÇÃO DAS DECISÕES PELO CARF.**

*Nos termos do art. 62, §1º, inciso II, alínea "b" e §2º, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, os membros do Conselho devem observar as decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento realizado nos termos dos arts. 543B e 543C da Lei nº 5.869, de 1973, ou dos arts. 1.036 a 1.041 da Lei nº 13.105, de 2015 Código de Processo Civil, na forma disciplinada pela Administração Tributária.*

Portanto, não se conhece do recurso especial em face da perda de objeto processual, uma vez que o processo administrativo nº 10580.002752/2005-06, que veiculou matéria conexa, já foi definitivamente julgado, não havendo que se falar em sobrerestamento do presente processo.

Por evidente, que na execução final dos débitos constantes do presente processo, a unidade de origem deverá considerar o que foi decidido no processo administrativo nº 10580.002752/2005-06, no que se refere a eventual sobra de crédito de PIS relativo ao mês de setembro/2002.

Diante do exposto, voto por não conhecer o recurso especial do contribuinte.

(assinado digitalmente)  
Andrade Márcio Canuto Natal